

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO- IFES  
CAMPUS NOVA VENÉCIA

ÂNGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA  
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS  
PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

NOVA VENÉCIA- ES

2020

ÂNGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA  
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS  
PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Coordenador do  
Curso de Licenciatura em  
Geografia do Instituto Federal do  
Espírito Santo como requisito  
parcial para a aprovação no curso  
do Instituto Federal do Espírito  
Santo- IFES.

Orientadora: Ariadna Pereira  
Siqueira Effgen

NOVA VENÉCIA- ES

2020

Valmir Oliveira de Aguiar CRB-566-0 ES

O48p Oliveira, Ângela Ribeiro de

A prática pedagógica do professor de geografia na modalidade educação de jovens e adultos e os processos de ensino e aprendizagem / Ângela Ribeiro de Oliveira. – Nova Venécia, ES : IFES, 2020.

70 f. : il. 30 cm

Orientador: Ariadna Pereira Siqueira Effgen.

Monografia (Graduação) – Instituto Federal do Espírito Santo, Coordenadoria de Graduação em Licenciatura plena em Geografia, 2020.

1. Geografia - ensino. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Políticas públicas. 4. Prática pedagógica. I. Ariadna Pereira Siqueira Effgen. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 22: 907

ANGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA


A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM


Monografia apresentada à Coordenadoria do  
Curso de Licenciatura em Geografia do  
Instituto Federal do Espírito Santo *campus*  
Nova Venécia como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciada em  
Geografia.


Orientadora: Prof. Dra. Ariadna Pereira  
Siqueira Effgen

Aprovada em 23 de dezembro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

  
Professora Dra. Ariadna Pereira Siqueira Effgen  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Orientadora

  
Professor Dr. Júlio de Souza Santos  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Membro

  
Professor Me. Hedeone Heidmann da Silva  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Membro

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

Declaro, para fins de pesquisa acadêmica, didática e técnico-científica, que esta monografia pode ser parcialmente utilizada, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Nova Venécia, 23 de dezembro de 2020.

Ângela Ribeiro de Oliveira

Dedico a Deus, meu Senhor e salvador, que todos os dias renova minhas forças, ao meu marido, Geovani de Oliveira, e ao meu filho Bernardo R. de Oliveira por compreenderem minha ausência de seus convívios, ocasionando a falta de atenção, carinho e paciência que um marido e filho têm direito e merecem.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me concedido saúde, sabedoria e disposição para realizar esta pesquisa.

A minha família pela paciência, e por me apoiarem nesta conquista.

Ao Professor e amigo Júlio de Souza Santos, pela simpatia, presteza, e pela ajuda fundamental no início dessa caminhada.

A minha orientadora Ariadna Pereira S. Effgen, que me orientou e apoiou em todos os momentos, doando um tempo precioso, contribuindo assim para o bom andamento deste trabalho.

A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, neste período de pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho refere-se aos resultados de um estudo bibliográfico cujo o título é “A prática pedagógica do professor na modalidade educação de jovens e adultos e os processos de ensino aprendizagem”, tendo por objetivo conhecer através da história e dos aspectos legais o campo da Educação de Jovens e Adultos promovendo um diálogo com a área de conhecimento da Geografia, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que contemple as práticas educativas. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, enriquecida com observações de experiências vividas em sala de aula, ocorridas durante as práticas de estágio e que contribuíram para nosso olhar sobre a temática. Os dados coletados foram oriundos de observações colhidas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Antônio dos Santos Neves”, nos períodos de julho a outubro de 2018 obtendo percepções, ideias desconhecidas e inovadoras a fim de descrever os elementos e situações deste tema. Verifica-se, nos resultados que os professores da Educação de Jovens e Adultos tem como principal função mediar e contribuir para a interação do educando com o meio em que vive, usando maneiras que favoreçam o processo de construção de ensino-aprendizagem. O educando da atualidade espera muito mais que aprender a assinar o nome, portanto, exercícios de mera memorização, atividades mecânicas, não permitem o êxito deste educando. Torna-se necessário fomentar estratégias educacionais que transformem em ação esse potencial.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas.  
Prática Pedagógica.



## **ABSTRACT**

The present work refers to the results of a bibliographic study whose title is "The pedagogical practice of the teacher in the modality of education of young people and adults and the processes of teaching and learning", aiming to know through the history and legal aspects the field of Youth and Adult Education promoting a dialogue with the area of knowledge of Geography, through a bibliographic search, which contemplates educational practices. As for the methodology, it is a bibliographic research, enriched with observations of experiences lived in the classroom, occurred during the internship practices and that contributed to my view on the theme. The data collected came from observations collected at the State School of Elementary and Secondary Education "Antônio dos Santos Neves", from July to October 2018, obtaining perceptions, unknown and innovative ideas in order to describe the elements and situations of this theme. It can be seen in the results that the teachers of Youth and Adult Education have as their main function to mediate and contribute to the interaction of the student with the environment in which they live, using ways that favor the process of construction of teaching-learning. The student of today expects much more than learning to sign the name, therefore, exercises of mere memorization, mechanical activities, do not allow the success of this student. It is necessary to promote educational strategies that transform this potential into action.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Public policy. Pedagogical Practice.

## LISTA DE SIGLAS

AECI - Agência Espanhola de Cooperação Internacional  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CF – Constituição Federal  
CNE – Conselho Nacional De Educação  
COEJA - Coordenadoria da Educação de Jovens e Adultos  
CONFINTEA – Conferência Internacional De Jovens E Adultos  
EAD – Educação a Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos)  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
INCIRA - Instituto Chileno para a Reforma Agrária  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação  
NEEJA - Núcleos de Jovens e Adultos  
ODM, Obejetivos de Desenvolvimento Sustentável  
PBA - Programa Brasil Alfabetizado  
PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens  
PROEJA - Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca  
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia  
UNICAMP - Universidade estadual de Campinas  
EPT - A educação profissional e tecnológica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1. A Educação de Jovens e Adultos compreendendo o público-alvo da Modalidade .....	14
2.2. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos e legais. ....	18
2.3. As construções da V e VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos.....	28
2.4 Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos. ....	32
2.5 O Ensino de Geografia em Diálogo com a Educação de Jovens e Adultos.....	40
<b>2.5.1 Geografia Tradicional, Geografia Crítica, Geografia Pragmática, Geografia Humanista.....</b>	<b>44</b>
<b>2.6 Paulo Reglus Neves Freire e a contribuição para pensarmos o fazer pedagógico na educação de jovens e adultos.....</b>	<b>48</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>51</b>
<b>4 RESULTADOS E OS POSSÍVEIS ANÚNCIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>55</b>
4.1 „ Sobre as ponderações do professor no ensino de geografia na educação de jovens e adultos.....	55
4.2 O perfil do educando da Educação de Jovens e Adultos, interrupção escolar e o papel do professor frente a essa realidade.....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser social, apto a aprender. Através da educação formará sua identidade, ideologia e o seu modo de vida. Nessa perspectiva, aprender é uma descoberta criadora, com abertura ao risco e a aventura do ser, pois, ensinando se aprende, e aprendendo se ensina. Assim sendo, o educador é um profissional da pedagogia da política, da pedagogia da esperança, como já disse o educador Paulo Freire, precursor da alfabetização de jovens e adultos. Todavia, o educador é aquele que necessita construir o conhecimento com seus educandos, e a educação é um dos eixos fundamentais de todo o trabalho, pois nessa relação dialógica educador e educando, ambos podem promover profundas transformações em si, e por efeito, no mundo em que vive.

Nessa direção, compreendemos que o conhecimento modifica o homem, assim considera-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, trazendo oportunidades para conviver em uma sociedade democrática, justa e igualitária com direitos e também deveres.

O caminho daqueles que decidem ingressar ou retomar o papel de educando e transformar-se em cidadão letrado, crítico e participativo na sociedade é bastante árduo, porque exige destas pessoas muita força de vontade e determinação. Mediante a isso o papel do educador na Educação de EJA, é de grande notoriedade no processo de reingresso dos educandos às escolas. É de suma importância o perfil do professor no sucesso de aprendizagem do educando adulto. Para muitos o educador é um modelo a seguir.

Diante do exposto, o que se percebe em uma visão geral, e que o educador ganha relevância em função de que muitos dos educandos da modalidade de EJA, são oriundos de situações de extrema pobreza, o que influencia diretamente nas suas situações de ensino aprendizagem. A educação funciona, por vezes, como mola propulsora de inclusão social, uma vez que essas pessoas costumam sentir-se excluídas socialmente.

Portanto, o indivíduo que:

[...] não saber ler e escrever constitui a marca da desvalorização social e cultural. Numa sociedade em que a classe dominante valoriza o padrão culto de linguagem escrita e falada, o não domínio adequado da Língua Pátria significa fator de discriminação social, cultural e ético. (VALLE 2008, p. 13 Apud NASCIMENTO 2011, p.2)

É nesse contexto de não saber ler e escrever que independentemente da idade, classe social ou etnia a educação é um direito de todos, assegurado por lei. Na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9393/96 a EJA é destinada a pessoas que não conseguiram frequentar a escola ou dar continuidade aos seus estudos na idade certa, sendo responsabilidade do setor público oferecer vagas para jovens e adultos não escolarizados na modalidade EJA, um direito que representa uma conquista social. A ação pedagógica no âmbito da EJA aponta para a necessidade de reconhecermos as características de homens e mulheres que buscam a escolarização: sua trajetória de vida, objetivos, expectativas e necessidades que os levam a retornar à escola.

A **questão central** da pesquisa é: como o professor de Geografia pode contribuir com a formação do Educando da Modalidade da EJA a partir das práticas educativas? Diante disso, voltamos nosso olhar para esses sujeitos da EJA que ao longo da vida luta de forma incessante para se qualificar, terminar os seus estudos, depositando no educador toda esperança e acreditando nos processos que levarão ao aprendizado, porém na sua caminhada independente da faixa etária de idade sofre com muitos preconceitos. E tratar da EJA é tratar de movimentos sociais, populares, de educação no campo, de exclusão e inclusão, enfim, assuntos polêmicos, assuntos que muitos preferem esquecer, pois requerem reflexão, consciência, renúncia de um lado e doação de outro. Requer enfrentar todo um sistema econômico que não dá espaço para o pobre, o menor, o sujeito simples. Frente a esse cenário, propusemos um estudo com o seguinte **objetivo geral**: Conhecer pela via da história e dos aspectos legais o campo da Educação de Jovens e Adultos promovendo um diálogo com a área de conhecimento da Geografia, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que contemple as práticas educativas.

Nossos **objetivos específicos** para o estudo constituíram-se da seguinte maneira:

Refletir sobre o ensino de Geografia na modalidade da EJA

Conhecer os principais documentos que discutam a EJA como uma das vias da garantia do direito à educação.

Analisar o processo de ensino-aprendizagem da EJA no Brasil, identificando modos de ensinar que produzirão a aprendizagem com maior sucesso.

A partir disso, **justificamos** nosso estudo por compreendermos que o mundo está passando por grandes transformações, marcadas pela globalização e pelas mudanças ocasionadas pela tecnologia: é a era da informação e comunicação.

O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca. (FREIRE, 1996, p. 144).

Nesse contexto a EJA, é uma modalidade do ensino fundamental e médio é, portanto, um ensino que visa garantir direitos aqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los na infância e juventude.

Existem diversos fatores que muitas vezes não possibilitam o acesso à educação no período da infância no decorrer dos anos. O indivíduo sente a necessidade de inserir-se nesse processo e procura a EJA oferecida por escolas públicas.

E para se efetivar o direito subjetivo a educação Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. No seu artigo quinto parágrafo primeiro, define as seguintes competências para os estados e municípios num regime de colaboração e sob a assistência da união: "I- recensear a população em idade escolar para a EJA que a ele não tiveram acesso; II- fazer-lhe chamada pública" (BRASIL.1996, p.9)

No presente século com todas as inovações tecnológicas, e com a grande modernização econômica e cultural, ainda se enfrenta um grande problema que impede o desenvolvimento do país, consequência da falta de investimento na educação, o que gera a má qualidade da mesma, causando, assim, o desânimo de todos, seja do docente, e até mesmo do próprio educando, refletido através da evasão, e baixos salários, e torna a educação de má qualidade.

Onde se investe em educação é notória a contribuição do crescimento econômico, do desenvolvimento social e cultural da sociedade e do país. EJA é essencial/estratégico para o desenvolvimento do Brasil, pois muitos dos jovens e adultos que estão em processo de escolarização são pais de crianças que se encontram em idade escolar e isso significa ampliar os anos de escolarização dos filhos.

Para Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária:

[...] não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193, apud FARIA, 2005 p. 5)

É preciso, então, recuperarmos práticas sociais, e a partir delas sejam selecionados métodos adequados para alfabetizar esses educandos, de forma que todos possam interagir sem se sentirem excluídos ou diferentes dos demais, principalmente se tratando dos educandos totalmente analfabetos.

Assim o nosso texto está organizado de modo que teremos 3 capítulos: o primeiro capítulo, intitulado **Fundamentação Teórica**, organiza-se nos seguintes subitens: **A Educação de Jovens e Adultos compreendendo o público-alvo da modalidade**, objetiva em fazer observações de cada

intervalo de idade tentando compreender as singularidades de cada educando. O segundo subitem, **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos e legais**, apresenta um breve discurso sobre as leis específicas que regulamenta e assegura os educandos que queiram ingressar nessa modalidade. O terceiro subitem, **as contribuições da V e VI conferência internacional sobre educação de jovens e adultos**, expõem duas conferencias importantes evidenciando grandes conquista para essa modalidade de ensino. O quarto subitem, **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**, aborda-se um recorte de algumas delas, consideradas mais relevantes, partindo da ideia de que é importante conhecê-las para transitar no seu universo. O quinto subitem, **O ensino de geografia em diálogo com a Educação de Jovens e Adultos**, considera-se que o ensino da Geografia tem o potencial para contribuir para a construção de sujeitos e suas visões de mundo, buscando articulação de diversos aspectos que permeiam as sociedades e o espaço. O sexto subitem, **Geografia Tradicional, Crítica, Pragmática e Geografia Humanista**, trata-se das abordagens geográficas através dos seus princípios teóricos e metodológicos, com apresentação e discussão direcionadas para o ensino da (EJA), embasados nas formas de pensamento e novas perspectivas de estudo da Geografia Tradicional; Geografia Pragmática; Geografia Crítica e Geografia Humanista. Sétimo subitem, **Paulo Reglus Neves Freire e a contribuição para pensarmos o fazer pedagógico na educação de jovens e adultos**, apresenta o educador Paulo Freire sendo o responsável pelo método que representa uma proposta de alfabetização de jovens e adultos. O educador toma o conceito de cultura, como essencial para introduzir uma concepção de educação que seja capaz de desenvolver a impaciência, a vivacidade, os estados de procura da invenção e da reivindicação. O segundo capítulo, **Metodologia**, versa sobre o passo a passo dessa pesquisa e como se deu os frutos até aqui conquistados que nos objetivaram a aproximar o pesquisador do fenômeno para este familiarizar-se com as características e peculiaridades do tema a ser estudado.



O terceiro capítulo **Resultados e os possíveis anúncios para a Educação de Jovens e Adultos** apresenta os seguintes resultados: as características singulares que cada educando traz para a sala de aula humanamente falando que são essenciais e precisam ser valorizadas e legitimadas se quisermos de fato uma EJA transformadora, além disso, ressaltamos que os professores tem uma parcela importante no processo de escolarização do educando da EJA e os princípios de ação-reflexão-ação devem estar aliados à formação continuada. E por último as **Considerações finais** onde se encerra esse trabalho permitindo-nos a identificar os aspectos históricos, de políticas educacionais, políticas públicas na EJA e prováveis motivos que levam os educandos a interromperem seus estudos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Discutiremos nesse capítulo os objetivos dessa modalidade de educação, quais os públicos alcançados, as necessidades e condições de aprendizagem singulares desses jovens e adultos, o reconhecimento da legislação, que prevê a oferta regular desse ensino, o perfil de cada faixa etária dos educandos, sobre o papel fundamental do professor e sua seriedade ao passar o seu conhecimento para o educando.

### 2.1 A Educação de Jovens e Adultos: compreendendo o público-alvo da modalidade.

A modalidade EJA surge com o objetivo de atender aquele público de pessoas que não tiveram ou, não puderam estudar em sua idade/série adequada. Porém, da construção a consolidação desta ideia muita são os desafios.

Os estudantes que cursam o sistema público de ensino da EJA, trazem consigo a marca da sociedade de classes, expressão utilizada como base a compreensão pautada na teoria do Materialismo Histórico, assim sendo o autor esclarece que [...] “este problema, central em todas as ciências, pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens. A dialética pode ser uma delas, assim como, mais especificamente, o materialismo histórico-dialético, ou a dialética marxista.” (PIRES, 1997, p.84)

Nesse sentido, a família também não consegue ofertar um suporte para que o estudante permaneça na escola e conclua sua escolaridade.

Nesse contexto da educação entendemos

[...] como elementos necessários e inerente à sociedade humana, surge uma questão mais complexa, que é a educação do trabalhador, porque se trata da formação educacional dos indivíduos que estão inseridos e atuam no mercado de trabalho. Assim, para tratar da educação do trabalhador, é necessária uma contextualização acerca de questões presentes na sociedade atual, bem como conhecer sua evolução histórica e a influência nesse processo. (COELHO; WEISS; MARTINS, 2015, p. 4)

A LDB Lei 9394/96 Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu, no artigo 38, a alteração da idade mínima de 18 para 15 anos no ensino fundamental e de 21 para 18 no ensino médio, esse dado já nos revela a diversidade etária que cabe dentro da modalidade da EJA [...]“Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os educandos Jovens e Adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos”. (FERREIRA, 2010, p.1)

Nessa direção, iremos iniciar discutindo sobre as especificidades etárias onde identificamos jovens, adultos e idosos, que não tiveram acesso à escola, na faixa etária da chamada escolarização (dos 07 aos 14 anos). Com isso percebendo a heterogeneidade e complexidade que cada ser humano possui. Nesse pensamento a autora afirma que, “[...] o ser humano passa por inúmeras transformações em todas as fases da vida, sendo elas, influenciadas por diversos fatores é sob essa lógica que acontece o desenvolvimento humano”. (BARRIOS,2016, p.5).

Podemos compreender que essas transformações do desenvolvimento humano ao longo da vida acontecem diante das visões que cada pessoa tem de mundo e as interpretam. Deste modo, o ciclo que marca as fases das etapas de amadurecimento, podem variar de cultura para cultura.

Eisenstein (2005 p.6) afirma que: “a adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social [...]”. E pelos esforços desses indivíduos, buscam alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive.

Podemos considerar também que a cultura juvenil é diferente em determinadas situações, principalmente quando levamos essa discussão para o meio acadêmico.

[...] estes jovens, recém-chegados, trazem consigo o que são como classe social e também a sua cultura, e estas transformações colocam em crise a oferta tradicional da educação escolar, trazendo sintomas de fracasso, mal-estar, conflito, violência, dificuldade de integração, conflitos geracionais e, sobretudo, ausência de sentido da experiência escolar e da incorporação a uma educação que não foi pensada e nem feita para eles (ANDRADE, 2004, p. 90 apud, Garcia; SILVA, 2018, p.15).

Observa-se que, no decorrer do ciclo da vida familiar, a transição da adolescência para a fase adulta é sinalizada pelo afastamento dos jovens em relação à família de origem.

Nessa concepção, ser adulto se definiria através de acontecimentos como a saída da casa dos familiares de origem, o investimento em um trabalho ou uma formação profissional, com a entrada no mercado de trabalho, a independência financeira, a autonomia e, posteriormente, a possibilidade de formar seu próprio núcleo familiar. (BORGES; MAGALHÃES, 2009, p. 43)

Mas é fato que, atualmente, o período de transição para a vida adulta tende a se constituir, por si próprio, numa fase de vida marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias.

Nesse contexto, a transição para a vida adulta se dá, teoricamente em dois tempos: “um primeiro, onde se isenta de grandes preocupações e se dedica a experiências e aventuras; e um segundo, onde já se tem estabilidade e responsabilidade, no qual se pensa em casar e ter filhos. (Guerreiro; Abrantes, 2005, p.170)

Pois bem, chegamos agora em uma nova fase da vida onde costumeiramente ouvimos em nossa sociedade, de uma forma geral, o uso dos termos idoso, velhice e terceira idade, nesse momento observamos que o envelhecimento deve ser entendido como um processo natural da vida que traz consigo algumas alterações sofridas pelo organismo, consideradas normais para esta fase.

O termo velhice é considerado para uns como o último ciclo da vida, que independe de condições de saúde e hábitos de vida, é individual, e que pode vir acompanhado de perdas psicomotoras, sociais, culturais e etc.; já

outros [...] “acreditam que a velhice é uma experiência subjetiva e cronológica e uma construção social relacionada à cultura sendo uma fase da vida singular”. (ALENCAR; CARVALHO, 2009, p 435 apud, GRIPA,2018, p.2).

Gostaríamos de ressaltar aqui, também, o papel essencial dos professores, não somente quando estão lidando com idosos em sala de aula mais todo o público que ingressam nesta modalidade de ensino.

Estes profissionais que se comprometem com a EJA, devem possuir consciência da necessidade de sempre buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o educador é o que irá promover o estímulo, e mediar o aprendizado desses educandos.

Esses professores devem estar envolvidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos, incessantemente, cada vez mais relacionados à realidade do educando.

“Quanto ao ato de educar esse é marcado por uma ação que precede o reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o educando e sua realidade diária. Pois o papel do educador deve ser o de acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. ” [...] (MOTA; NOVO, 2019, p.1)

Por sua vez, é relevante dizer que os professores contribuem com seus saberes específicos, seus valores, suas competências, nessa complexa empreitada, buscando, assim, uma valorização melhor, ou seja, condições salariais, de trabalho, formação inicial de qualidade e espaços de formação contínua.

“Tratando da formação em serviço do professor, propõe que os processos de formação deveriam estar voltados para pelo menos dois aspectos que seriam: o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento pessoal. [...]” O dizer de Nóvoa “leva em conta as necessidades observadas no trabalho docente, onde ele tem a necessidade de desenvolver tanto como profissional da educação em uma busca de um fazer de qualidade, mas também de se oportunizar em quanto indivíduo,

melhorando o seu “eu” interior. Para assim auxiliar melhor os seus discentes. Pois é de suma relevância esse processo para que se obtenha êxitos em ambas as partes (NÓVOA, 1997, p33 apud, MOTA; NOVO, 2019 p10.)

O educando adulto aprende com seus próprios erros e acertos e tem imediata consciência do que não sabe e o quanto a falta de conhecimento o prejudica. Posto, isto é, de extrema importância destacarmos a prática de ensino “andragógico”, [...] “termo popularizado por Malcon Knowles (1970) com a publicação de seu livro *The modern practice of adult education*, no qual o autor apresenta o conceito como a arte e a ciência de orientar os adultos a aprender” (GIL, 2011, p.12).

É relevante investigarmos as razões pelas quais esta continua excluída do contexto da educação do adulto idoso. O que se faz necessário para o seu reconhecimento e valorização dos seus métodos.

Toda via a educação em seu caminhar pede um direcionamento, uma revisão e reflexão acerca da sua Legislação e da sua prática, imbuídos no propósito de evidenciar a importância da Andragogia no contínuo processo de valorização da educação (MENDES, 2014, p.8)

O princípio andragógico tem por fundamento, a educação de adultos, e o papel do professor é muito importante quando se trabalha essa prática andragógica, ou seja, esse olhar sensível que o professor precisa ter para cada educando independente de sua faixa etária. Nesse contexto, levam-se em consideração os conhecimentos já existentes do educando, sejam eles culturais sociais e históricos para – a partir disso, dar início a jornada ao ensino do adulto.

## **2.2 Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos históricos e legais.**

Sabe-se que na EJA não é recente, desde a colonização esta prática é exercida. Na época de colonização do Brasil, somente as classes médias e altas tinham acesso ao conhecimento nas poucas escolas que existiam, os filhos recebiam atendimento escolar em casa, não havia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos, a classe pobre era desfavorecida não tinha nenhum acesso à escola e quando ocorria era de forma indireta.

Portanto os Estados a leis e decretos reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito, a educação deverá ser acessível e gratuita a todos.

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) teve aprovados o Parecer CEB nº 4 em 29 de janeiro de 1998 e o Parecer CEB nº 15 de 1º de junho de 1998 e de cujas homologações, pelo Sr. Ministro de Estado da Educação, resultaram também as respectivas Resoluções CEB nº 2 de 15/4 e CEB nº 3 de 23/6, ambas de 1998. O primeiro conjunto versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o segundo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Isto significou que, do ponto de vista da normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Câmara de Educação Básica respondia à sua atribuição de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto (art. 9º § 1º, c da lei n. 4.024/61, com a versão dada pela Lei n. 9.131/95). Logicamente estas diretrizes se estenderiam e passariam a vigor para a educação de jovens e adultos (EJA), objeto do presente parecer. A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente. (PARECER CNE/CEB, 11/2000, p.2)

Ainda sobre as resoluções e leis que embasam os direitos que garante ao educando o direito de estudar. Assim sendo segue a resolução que defende esses direitos que pode ser alcançado por todos. Resolve:

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação. Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º ,37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional. (PARECER CNE/CEB, 1/2000, p.1)

De forma invariável, se deu a história da EJA no Brasil, não havia ação do governo quanto ao desenvolvimento de políticas educacionais que viessem atender esse público. A primeira Constituição brasileira foi outorgada por d. Pedro I em 25 de março de 1824, e conferiu as bases da organização político-institucional do país independente, no seu artigo 179 diz que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”, mesmo assim nem todos puderam ter acesso, principalmente a classe pobre, no decorrer do século houve muitas reformas.

Conforme (Ghiraldelli, 2008, p.24, apud BEZERRA; BOGO,2019, p.6) “a educação brasileira teve seu início a partir da vinda dos jesuítas para o Brasil, cujo interesse era difundir o catolicismo pelo mundo, iniciando aqui a partir da catequização dos povos indígenas”

A partir do governo de Getúlio Vargas, com a criação do regime militar chamado de “Estado Novo”, houve o interesse de organizar a educação de forma a atender as demandas do setor produtivo, forte naquela época pelas políticas de substituição de importação, dadas a partir da necessidade de organização dos Estados frente às consequências da Primeira Guerra Mundial. A nova constituição de 1937(outorgada), que tirava do Estado a responsabilidade para com a formação educacional no país.

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. Ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (Ghiraldelli, 20018, p.78 apud, BEZERRA; BOGO,2019 p.7).

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por diversas Campanhas, como forma de incentivar e criar condições para redução do analfabetismo no Brasil, um problema que atravessa os séculos de nossa história. Compreendemos a relevância de tais campanhas em nosso texto, como forma de compor a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos em nosso país e o legado construído. Elencamos algumas dessas campanhas para descrevê-las de forma mais detalhada.



A campanha de Adolescentes e Adultos (1947) é planejada com intuito de alfabetizar o maior número de pessoas possíveis. Sendo assim assumindo várias demandas que envolvem a categoria, assim, baseado em uma apresentação de uma aula expositiva da professora Ariadna destaque que [...] “A CEAA de 1947 assumiu a função supletiva, assumiu o amplo conceito de Educação de Base, Educandos analfabetos atendidos nas classes de emergência, Aulas noturnas, coincidiu com o movimento de expansão da escola”. (EFEGEN, 2020, p.8)

Para a execução desse plano foram previstas: instalação do Serviço Nacional de Educação de Adultos, no Departamento Nacional de Educação; elaboração e aprovação de planos anuais subsequentes de ensino supletivo; justificava-se sua ação pelo poder da educação na construção da sociedade desejada para o Brasil na época. Sendo assim:

Distingue-se duas etapas de ação de Campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA): de 1947 – 1950, na qual se realizaram suas maiores conquistas, na gestão de Lourenço Filho; e de 1950 – 1954 quando passou a ser reforçada pela campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Constitui-se no primeiro grande movimento oficial de alfabetização de massa no Brasil, mais sua ação extensiva tornou-se bastante vulnerável, chegando mesmo a ser acusada de fábrica de eleitores. Impossibilitada de passar a ação intensiva e de profundidade, que requeria vultosos recursos e outros métodos, a CEAA entrou em declínio a partir de 1954. (FÁVERO, 2001, p.59)

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) traz um incentivo para aquelas pessoas que residiam em perímetros rurais trazendo assim a esperança de ter a chance de se tornar cidadãos letrados. Essa campanha:

Nasceu em 1952, como fruto remoto do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949, sob patrocínio da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e como fruto próximo de uma série de reuniões que aconteceram no Ministério de Educação e Saúde, congregando especialistas de várias áreas profissionais, com o objetivo de debater o problema das populações rurais e fazer um balanço do que estava sendo realizado nesse setor. (FÁVERO, 2001, p.59)

Os objetivos da CNER era principalmente alcançar o homem do campo, levado em conta suas necessidades econômicas, sociais e culturais para que assim alcançassem os padrões educativos sanitários entre outros como o autor descreve falando sobre os principais objetivos.

Seus objetivos eram investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo, preparar técnicos para atender as necessidades da educação de base ou fundamental; promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural; concorrer para a elevação dos níveis econômicos das populações rurais por meio do emprego de técnicas avançadas de organização da produção agrícolas e do trabalho; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais.(FÁVERO,2001, p.60)

Também é possível apontar que, no entanto, muitas publicações da CEEA contemplavam temas abordados pela CNER e sabe-se da existência de cartazes usados nas campanhas de instalação de saneamento básico, assim como folhetos instrutivos sobre gravidez, cuidados das mães no pós-parto e com os recém-nascidos etc. na tentativa conscientizar e beneficiar essa população.

A Campanha Pé no Chão também se aprende a ler de 1961 vai se desdobrar em um movimento de alfabetização tendo início com a implantação do então ensino primário com crianças a partir de quatro anos residentes em periferias, onde as escolas eram de chão batido e coberto de palha assim como era as demais moradias do bairro, por algum tempo foi paralisada por alguns movimentos político, onde Fávero menciona:

Foi brusca e brutalmente interrompido nos primeiros dias de abril de 1964, logo após o golpe militar. A designação “campanha” nada tem em comum com as experiências anteriores de alfabetização e educação de adolescentes e adultos desenvolvidas anteriormente pelo Ministério da Educação e Saúde. Teve início com a implantação do então ensino primário de quatro anos, para crianças dos bairros pobres, em escolas de chão batido e cobertas de palha, como eram as moradias das famílias desses bairros. (FÁVERO, 2001, p.63,64)

Ainda falando sobre a campanha mencionada acima a implantação dessas escolas atenderam às necessidades e aspirações das camadas populares e contou com intensa participação das mesmas. Toda via essas comunidades foram contempladas ainda com mais um projeto adaptado para alfabetização de adultos e tendo o privilégio de poder aprender uma profissão, como foi descrito que:

Foram ainda complementadas com a alfabetização de adultos, usando para isto uma adaptação do *Livro de Leitura para Adultos do MCP*, e com a Campanha “De pé no chão se aprende uma profissão”, em 1963, que oferecia cursos de sapataria, corte e costura, alfaiataria, encadernação, barbearia, entre outros. Foi uma das experiências mais importantes do início dos anos de 1960, sobretudo enquanto formatação de um novo modo de oferecer o ensino, desde a estrutura física das escolas, sua programação de aulas e atividades e as inovações metodológicas introduzidas. (FÁVERO, 2001, p.64)

No entusiasmo do contexto histórico da realidade brasileira, foi realizada a implantação de vários movimentos designados de cultura popular, inovou radicalmente não só o conceito de alfabetização como consolidou o próprio modo de trabalhar com os adultos. Sendo assim a [...] “Educação Popular – refere-se a extensão do ensino elementar (na época escola primária – obrigatória somente até os dez anos de idade) – às crianças, adolescentes e adultos (alfabetização noturno) das camadas populares”. (EFFGEN,2020, p.3).

O movimento de cultura popular criado nos anos 1960 foi bastante discutido pelos governantes da época, alguns congressos foram realizados e debatidos deixando claro a importância da educação de adultos. Osmar Fávero no seu livro: *Educação de Jovens e Adultos: Passado de Histórias; Presente de Promessas*, destaca no capítulo 3 Os Movimentos de Cultura Popular o seguinte:

Em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, as críticas ineficácias das campanhas e o novo impulso dado a industrialização como base do desenvolvimento nacional provocaram a convocação do segundo congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na abertura do evento, o Presidente da

república deixou muito claro o “importante papel da educação do adultos na solução dos problemas criados pelo desenvolvimento econômicos.(REVISTA EJA,1958, p.3 apud, FÁVERO, 2009, p. 61)

Sendo assim ainda discorrendo sobre os movimentos de culturas e educação popular do início da década de 1960, Fávero e Freitas menciona em seu artigo que alguns movimentos, entre os quais destacam-se:

Movimento de Cultura Popular (MCP, Recife, 1960); Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE, 1961), que se expandiu para vários estados; Campanha De Pé no Chão se Aprende a Ler (Natal, 1961); Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR, 1962); Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, com apoio do governo federal; e o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, que, a partir da experiência de Angicos, em 1963, inovou radicalmente não só o conceito de alfabetização como consolidou o próprio modo de trabalhar com os adultos. (FÁVERO; FREITAS, 2011, p.6)

Por isso cabe conhecer e distinguir cada momento histórico e político, como palco das grandes campanhas de alfabetização em massa, onde os autores fazem uma abordagem relevante para o contexto histórico

Sendo assim Fávero e Freitas discute que:

É importante deixar registrado também que, tanto nas campanhas iniciadas nos anos de 1940 quanto nos movimentos do início dos anos de 1960, foi produzido e distribuído farto material sobre higiene, saúde e trabalhos a serem feitos com poucos recursos. No caso do Mobral, no entanto, sua produção mais interessante, sobre temas culturais e de divulgação de obras clássicas, parece não ter chegado aos alunos. (FÁVERO; FREITAS, 2011, p.13)

Na década de 1960, surge então na época do regime militar o movimento de alfabetização MOBREAL, criado pela lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 - publicação original no intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. O método adotado pelo Mobral era o de ler e

escrever, com o mesmo intuito do precursor da EJA Paulo Freire, educador que sempre lutou pelo fim da alta-sociedade, com o objetivo de desenvolver uma educação libertadora e democrática, que visava partir da realidade vivida do educando.

Paulo Freire se preocupava com a formação crítica dos educandos, a base da sua metodologia era o diálogo. Nesse sentido, pode-se inferir que o diálogo e sua ausência no Mobral como método de ensino para jovens e adultos era a principal característica que diferenciava do método de Paulo Freire, ao mesmo tempo que ficava limitada a formação crítica educando, que aprendia a ler e escrever destituído de uma visão de mundo crítica e interventora. Sua pretensão era, portanto, formar sujeitos aptos a consumir as novas formas de produção.

Na verdade, a preocupação central do MOBREAL era que um indivíduo fosse alfabetizado para facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento. E a diferença entre o movimento e a prática de Paulo Freire se encontra no referencial ideológico dos dois, pois enquanto o educador propunha a "educação como prática da liberdade", o MOBREAL propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo para a manutenção do status quo. (BELLO, 1993, p.20 apud COLETI,2008, p.4).

Somente no século XX é que a EJA obteve uma considerável valorização. Esta história no Brasil é recente, durante muitos anos nas escolas noturnas informais, quem sabia ler e escrever, transmitia aos que não sabiam, depois de um dia árduo de trabalho, os saberes necessários para promover a aprendizagem.

Com a lei de diretrizes e bases- LBD 9394/96 implantou-se o supletivo, essa lei dedicou-se especificamente ao ensino de jovens e adultos. Em 1974, o Ministério da Educação (MEC), propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam com o trinômio tempo, custos e efetividade.

No ano de 1985 veio o fim do Mobral, que deu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização da EJA.

Um outro marco histórico legal essencial para a EJA foi a Constituição Federal de 1988 que trouxe como princípio: que toda educação visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, Art. 205).

Queremos salientar a importância da Constituição Federal de 1988, para garantir a Educação Básica como um direito de todo o cidadão brasileiro. No entanto, esta garantia legal veio mesmo a partir da LDB Lei 9393/96 Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamenta a educação no Brasil, pois colocou a EJA como modalidade de Educação Básica regular, podendo assim, ser considerado um avanço histórico no que diz respeito ao processo educacional no país.

O art. 2º da LDB Lei 9393/96 Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional retoma este princípio na EJA. Garantia dada no art. 208, da Constituição Federal que obriga o Estado a ofertar o Ensino Fundamental para esses educandos específicos. A seguir destacamos que a Lei 9394/96 da lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu capítulo II, seção V, o educando atina-se para todo seu direito assegurado por lei, mas o Estado precisa assegurar sua permanência.

**Art.37.** A EJA será destinada aqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

**§1º** Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do educando, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

**§ 2º** O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integrais e complementares entre si. (Lei 9.394,1996, p.5)

Sabemos que a educação é um processo complexo, onde ainda hoje em pleno século XXI, uma imensa parcela da população não teve ou não tem acesso à educação. (NASCIMENTO, 2013, p.11)

Conforme descrito “a seção V da LDB Lei 9393/96 define a EJA como modalidade de ensino de Educação Básica, nas suas etapas fundamental e médio. Mesmo assim, o ensino supletivo pode ainda ser ofertado na forma de cursos e exames, como uma alternativa àqueles que buscam a certificação da escolarização sendo assim na forma explicitada da Lei:

**Art. 38°.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo de caráter regular.

**§ 1°.** Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

**I-** No nível de conclusão de curso do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

**II-** No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de quinze anos;

**§ 2-** Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante a exames.

Os cursos da EJA são oferecidos atualmente nas formas: presencial, semipresencial e a distância (não presencial) além de exames supletivos. A partir das diretrizes e orientações metodológicas apresentadas no que se refere aos conteúdos, a (EJA) deve atender aos preceitos curriculares referentes a cada nível de ensino em que está associada (ensino fundamental e ensino médio), tanto em termos de elaboração dos cursos presenciais como semipresenciais e não presenciais.

O ensino presencial pode ser oferecido durante todo o ano correspondido com o ensino regular, focado em metodologias diferenciadas, podendo também ser oferecido semestralmente sendo que cada semestre corresponde a um ano.

O ensino semipresencial pode ser oferecido de diversas formas, avaliado em exames supletivos e estudos modulares.

E o ensino a distância chamado (EAD) a presença não é obrigatória. Mesmo porque os estudantes dessa modalidade já estão mais envolvidos com atividades profissionais, sendo mais fácil tal comprovação. Por isso, essas plataformas estão sempre se adaptando quanto às novas medidas implantadas.

### **2.3 As contribuições da V e VI conferência internacional sobre educação de jovens e adultos**

A EJA é um desafio para o Brasil em pleno século XXI, pois muito do que tem sido feito tem tido um caráter ingênuo por parte de seus idealizadores e docentes que são responsáveis por essa modalidade da educação brasileira.

A importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países devido às conferências organizadas pela Unesco nos anos 1990. A partir de então, surgiu no Brasil uma mobilização nacional no sentido de diagnosticar metas e ações da EJA, as CONFINTEA's, a primeira ocorreu em 1949 (Revista, EJA, 2012, p.1).

Em nível internacional, indiscutivelmente as realizações da CONFINTEA trouxeram e continuam trazendo contribuições importantes quando se pensa em EJA.

Nesse sentido, os esforços da UNESCO no combate ao analfabetismo, ocorre em 1997, em Hamburgo, na Alemanha a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), cujos compromissos firmados foram incorporados em um documento intitulado Agenda para o Futuro que tratam do direito à “educação ao longo da vida”.

Esta veio fortalecer o texto contido na Declaração Mundial sobre a educação para todos, e utiliza uma concepção ampliada de formação de pessoas adultas que compreende vários processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida.



A V conferência foi realizada em Hamburgo em 1997. Ela foi diferente das outras, pois obteve uma participação significativa de diferentes parceiros, inclusive da sociedade civil. De acordo com os idealizadores da Declaração de Hamburgo, a Educação de Adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, cujas pessoas desenvolvem suas habilidades e seu conhecimento. É na V CONFINTEA que os participantes reafirmam que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. (SOARES,2004, p1)

Realizada em 1997, em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional para Educação de Adultos mencionou que:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos. Em Revista, v.22, n.2, p.363-375, jul. /Dez. 2015 365 sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

A V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos reafirma que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano, e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. (UNESCO,1997, p.1). Assim, a educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. .

[...] “A EJA passa a ser constituída em um dos principais meios para o enfrentamento dos problemas do analfabetismo e do grande contingente de pessoas sem escolarização”. (UNESCO,1997, p.1).

A importância da escolarização da EJA precisa ser compreendida como investimento e não somente como item de consumo social e que a inclusão da educação e aprendizagem de adultos em todas as iniciativas de desenvolvimento e programas sociais, representará uma contribuição essencial à prosperidade econômica, desenvolvimento sustentável, coesão social e solidariedade.

Dessa maneira a humanidade poderá sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. Dentre as citadas metas seguem elencadas as mais relevantes:

[...] Fortalecimento e integração das mulheres; [...] Cultura da Paz e educação para a cidadania e para a democracia; [...] Saúde como direito humano básico, pois a (EJA) e Adultos democratiza a oportunidade de acesso à saúde; [...] Sustentabilidade ambiental; [...] A educação e a cultura de povos indígenas e nômades deve ser cultural e linguisticamente adequada às suas necessidades; [...] A população de idosos com igualdade de oportunidade de aprender; [...] A integração dos portadores de necessidades especiais, com garantia de acesso a uma educação que reconheça e responda às suas necessidades e objetivos próprios. (UNESCO, 1997, p.1)

O relatório da UNESCO, vem argumentar sobre os resultados obtidos com a Reunião de Revisão Intercalar da V CONFINTEA e da Agenda para o Futuro, pede nas ações descritas a vontade política para atingir as metas, recomenda-se aos organismos nacionais e internacionais, públicos ou não, que organizem estratégias de ação visando a educação e aprendizagem de adultos.

Desse modo, o relatório da UNESCO lembra, [...]“ao mundo que a educação e aprendizagem de adultos é um direito humano básico e, por isso, deve permanecer sendo uma responsabilidade coletiva” (UNESCO,1997, p.1). Devendo, assim, ser assumida por organizações governamentais, não governamentais, sociedade civil, pelo setor produtivo e entidades internacionais assim como toda a família das Nações Unidas,

sendo que os resultados foram apresentados na próxima CONFINTEA marcada para o ano 2009.

A CONFINTEA VI, realizada em Belém do Pará, em dezembro de 2009 procurou fortalecer o reconhecimento de aprendizagem e educação de adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Tendo a meta primordial a de harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais. Ela representaria uma oportunidade para avaliar como os compromissos assumidos em 1997 haviam sido implementados e produziria os meios para assegurar que os compromissos anteriores e atuais relativos à educação de adultos e à educação não formal fossem concretizados. Os objetivos da Conferência foram:

- Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;
- Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EPT) Educação Profissional e Tecnológica
- Renovar o *momentum* e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação.

Foi assinado no último dia da Conferência e aprovado o “Marco de Ação de Belém”, documento que constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional. As recomendações do “Marco de Ação de Belém” oferecem uma diretriz que permite ampliar o nosso referencial na busca de uma (EJA) e Adultos mais inclusiva e equitativa. A conferência encerra com os países participantes declarando:

“[...] estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos prepara as pessoas com conhecimento, capacidade, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos. Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da construção de sociedades justas, solidária, sustentáveis e baseadas no conhecimento”. (CONFITEA, 2010, p7).

Importante frisar a grande relevância desses movimentos que serve como base para outras mobilizações como essa para que os nossos educandos não se sintam sozinhos em meio a tantas barreiras enfrentada pela categoria.

#### **2.4 Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**

Fazendo parte de um modelo de ações pensado por governos que incluem propostas que podem beneficiar a população em geral, como transporte, saúde, trabalho, assistência social e educação, dentre outros benefícios, com o intuito de facilitar e melhorar a vida do cidadão.

O enfoque das políticas públicas era acabar com o analfabetismo no Brasil, como nas campanhas de analfabetismo promovidas por vários governos, muitas vezes promovidas com outros setores da sociedade.

(...) é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego. Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais (GADOTTI, 2008, p.11).

Junto às políticas públicas, o poder público deveria pensar na questão do transporte para estes educandos oferecer uma infraestrutura, bem como a capacitação de profissionais para atuarem na área.

Enfim, precisa haver interesse e colaboração de toda a sociedade para pôr em prática políticas que abranjam todas as modalidades de ensino, dentre elas a EJA. Ressaltamos que apesar do enfoque dado ao processo de erradicação do analfabetismo nas políticas públicas e na própria discussão da modalidade, nosso trabalho pretende avançar e discutir a prática pedagógica do professor no ensino de geografia.

Segundo o Parecer CEB nº 11/2000, atualmente, a Coordenadoria da EJA (COEJA) é parte integrante do conjunto das políticas públicas do Ensino Fundamental, tendo como objetivo estabelecer e fortalecer parcerias e convênios com estados e municípios, uma vez que a LDB Lei 9393/96 garante o direito ao Ensino Fundamental com metodologias e currículos adequados. Tendo o espírito da Lei consolidar uma política de Estado permanente com a oferta regular da (EJA), conforme o item VII do Art. 4º da LDB Lei 9393/96

**VII-** oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

No que se refere a EJA, o campo é amplo, porque pode a modalidade, ser promovida tanto pela iniciativa privada, como pelo poder público, de forma presencial ou à distância, podendo ainda ser oferecida também por organizações da sociedade civil quanto por outras iniciativas.

O Programa de Alfabetização Solidária é realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com a iniciativa privada, tendo sua atuação em municípios do Norte e Nordeste do país, onde estão localizados os maiores índices de analfabetismo.

Neste sentido, o poder público cria programas e projetos educacionais, muitas vezes pontuais, baseados na demanda do mercado de trabalho, que está exigindo cada vez maior escolarização do trabalhador.

Existe iniciativas que oferecem a escolarização de jovens e adultos como os Núcleos de Jovens e Adultos NEEJA,

que são responsáveis por oferecer exames supletivos fracionados em estabelecimentos de ensino que não se caracterizam com escola, mas como espaço educativo. Os NEEJAs prisionais oportunizam a continuidade dos estudos a presos e internos, tornando obrigatória a conclusão do Ensino Fundamental aos mesmos. E o Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA; (PROEJA) foram implantadas em escolas estaduais em parceria com Centros federais e Escolas Técnicas. (IFS) (REVISTA; PROMINAS,2017, p,11)

A EJA de acordo com o Ministério da Educação (MEC) conta também com nível Federal, com o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências em EJA que tem como principal objetivo avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de escolaridade na idade apropriada.

A avaliação se dá por meio de provas que acontecem uma vez por ano, na qual o jovem ou adulto que alcança a média mínima exigida, obtém a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio.

Alguns discursos e práticas tem sido recorrente na EJA, permeando grande parte das políticas públicas, como: escola pública e gratuita para todos; a disponibilidade de recursos, materiais didáticos necessários para a qualificação. A preocupação com a evasão e da repetência, e a procura em respeitar a realidade e valorizar o conhecimento prévio de cada educando.

Abordaremos aqui alguns programas relevantes para o andamento dessa modalidade de ensino e entendermos um pouco dessa realidade da educação.

Para entender como se deu o desenvolvimento do ensino da EJA no Brasil, faz-se necessário analisar de forma bem simples a sua existência nas últimas quatro décadas das quais se pode destacar as principais ações e programas do Estado para EJA: Fundação Mobral (1967-1985); Fundação Nacional da EJA - Fundação Educar (1986-1990) e o Programa Brasil Alfabetizado (2003-atual).

O Ministério da Educação (MEC) realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e

idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste.

O objetivo desse programa é promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano, e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Além do pagamento de bolsas aos alfabetizadores e coordenadores de turmas, o MEC (Ministério da Educação) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa recursos financeiros aos estados e municípios, por meio de transferência automática, para financiamento das seguintes ações: formação de alfabetizadores, aquisição de gêneros alimentícios para a merenda e, também, de materiais.

O Brasil Alfabetizado é um programa de fluxo contínuo, organizado por ciclos e com duração de oito meses. No Plano Plurianual 2016/2019, a meta de alfabetizando por ciclo era de 1,5 milhão de educando.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra) é um programa educacional destinado a jovens agricultores familiares com 18 a 29 anos que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, a fim de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação social e qualificação profissional. Com esse objetivo, o Programa desenvolve-se por meio de curso com duração de 24 meses, alternando atividades na escola (tempo-escola) com atividades realizadas no contexto da família e da comunidade (tempo-comunidade).

Esse projeto destina-se a jovens agricultores familiares como já mencionado com idade entre 18 e 29 anos que saibam ler e escrever, mas

não tenham concluído o ensino fundamental. O programa atende prioritariamente jovens residentes nos municípios com o maior número de escolas no campo e nos municípios que fazem parte dos Territórios da Cidadania além dos jovens egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI) analisa os planos de implementação e calcula os valores a serem transferidos aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal.

Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja a gestão é da Secretaria Nacional de Juventude.

[...] “O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano ao que parece é uma continuidade do programa acima que é um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses.” (BRASIL. LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.)

O programa atende prioritariamente jovens residentes nos municípios ou regiões com maiores índices de violência contra a juventude negra, integrantes do Plano Juventude Viva e em regiões impactadas pelas grandes obras do Governo Federal.

Os recursos transferidos pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) no âmbito do Projovem Urbano podem ser utilizados para o custeio das seguintes ações: complementação de remuneração de servidores do quadro efetivo da rede de ensino caso seja necessário adequar sua carga horária à exigida no Projovem Urbano ou pagamento de profissionais contratados para atuarem no programa; pagamento de instituição formadora ou formador(es) para o desenvolvimento da formação continuada dos professores ou educadores, quando necessário, ou



pagamento de complementação dos formadores do quadro efetivo para adequação da carga horária exigida pelo programa entre outros.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas.

O Pronera nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadoras e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

O objetivo é fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais parceiros são os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o INCRA, as instituições públicas de ensino, as instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativo e os governos municipais e estaduais.

Em conformidade com os seus objetivos, o PRONERA atende os seguintes projetos: - alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores (as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária entre outro.

A Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005, que cria o Projeto Escola de Fábrica, executado pelo Ministério da Educação, tem a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho. Nesta primeira fase do projeto, serão abertas 558 escolas em fábricas de

diferentes segmentos da economia que irão beneficiar 11.500 jovens de 16 a 24 anos em 17 estados do país.

O projeto Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que pretende possibilitar a inclusão social de jovens de baixa renda por meio da formação profissional em Unidades Formadoras no próprio ambiente de trabalho, aproximando o setor produtivo dos processos educativos e promovendo maior responsabilidade social das empresas.

Um dos objetivos é ampliar os espaços educativos de formação profissional, incorporando os locais de produção como espaços de aprendizagem, oferecer formação profissional a jovens de 16 a 24 anos para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho, estimular o ingresso e a permanência destes jovens na Educação Básica. A próxima etapa do projeto consiste em monitorar as atividades dos educandos beneficiados, prestando assistência técnica e orientando-os na direção das oportunidades de mercado que surgirem por meio de parcerias entre o projeto Escola de Fábrica e as iniciativas pública e privada.

Em outubro de 2003, o governo federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (PNPE), tendo como principal objetivo promover a inserção produtiva de jovens de 16 a 24 anos, que provêm de famílias de baixa renda e que, além disso, apresentam pouca escolaridade.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) — com o objetivo de estimular a abertura de novos postos de trabalho destinados a esse público — criou a subvenção econômica, onde o empresário que contratar um jovem com o perfil do PNPE, selecionado nas unidades executoras do programa, recebe um estímulo financeiro de seis parcelas de R\$250, por vaga, durante um ano.

O ano de 2005 marca a busca pela ampliação da escala desse tipo de ação governamental. Já estão instalados 15 CSJs (Consortio Social da Juventude) em diferentes unidades da federação (UFs), que deverão

atender 21.969 jovens ainda no primeiro semestre. Estão sendo firmados outros 17 convênios, o que deve permitir a seleção de mais 20.555 jovens, estendendo a rede de entidades que vão permitir qualificar e inserir jovens por todo país.

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade EJA. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA (Proeja). Para a implantação do Proeja foram realizadas diversas ações.

Dentre elas destacam-se: financiamento para a abertura de cursos do Proeja ofertados nas redes federal e estadual elaboração de documentos base da política; oferta de cursos de formação continuada para profissionais da educação e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, entre outro.

Criado em 2011 pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é mais uma ferramenta de acesso educacional destinada aos estudantes e também aos trabalhadores brasileiros que visam alcançar grandes oportunidades na vida profissional.

O programa tem como finalidade expandir e democratizar o ingresso dos jovens e adultos de baixa renda a uma educação técnica de qualidade, por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica gratuitos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

São parceiras do Pronatec: as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica.

Na perspectiva de fortalecer o projeto e ampliar ainda mais o grupo de pessoas que têm acesso ao programa, foram criados subprogramas para atender as necessidades específicas de cada público, sendo eles:

Pronatec EJA: criada como uma estratégia para dar uma oportunidade aos jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada. Essa modalidade é destinada aos estudantes EJA, em que são oferecidos cursos por meio da bolsa formação. Entre outros.

## **2.5 O ensino de geografia em diálogo com a Educação de Jovens e Adultos**

Os educandos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores que moram e se deslocam pela cidade, frequentam espaços públicos, e são produtos do espaço em que vivem, do qual têm muitos conhecimentos decorrentes da vivência.

Segundo o (MEC) Ministério da Educação, “na leitura geográfica da realidade em que vivem, os educandos devem ser estimulados a considerar as diferentes ações sociais e culturais, sua dinâmica social e espacial, os impactos naturais que transformam o mundo e as marcas que identifiquem os diferentes lugares”. (MEC, 2001, p.1).

Assim, o professor de geografia é essencial para potencializar uma leitura geográfica entre a realidade estudada e a vivida. O educador deve sempre tentar remeter o ensino da geografia ao cotidiano do educando, sempre buscando a memória das vivências dos próprios educandos, pois cada educando traz uma carga de vida diferente, e na EJA este distanciamento da realidade, às vezes, é maior ainda.

“A problemática em torno da EJA é grande, apesar de ter avançado muito com conquistas importantes junto as políticas públicas a ela destinada, porém ainda continua relegada ao segundo plano nas agendas dos governantes e da própria sociedade. ” (LIRA; SILVA; SANTIAGO,2015, p.2)

Encarar esses problemas, é um grande desafio para prática pedagógica do professor da EJA, afinal o seu papel é preparar o estudante para que se perceba como sujeito construtor do seu conhecimento.

“Nesse sentido devemos pensar num modelo de escola mais flexível conectado a vida, investir na formação docente e ter um olhar mais sensível quanto as necessidades desses jovens e adultos, e a tudo que lhe é relevante [...]” (LIRA; SILVA; 2015, p2)

A educação escolar segundo Souza (2012), enquanto objeto de estudo da Pedagogia no sentido da formação humana do sujeito humano, se caracteriza por sua intencionalidade, refletida na prática pedagógica assumida coletivamente, e permeadas por afetos (amor e ódio) inerentes ao dia a dia das escolas. Para a autora prática pedagógica ou práxis pedagógicas são:

Processos educativos em realização, historicamente situados no interior de uma determinada cultura, organizados, de forma intencional, por instituições socialmente para isso designadas implicando práticas de todos e de cada um de seus sujeitos na construção do conhecimento necessário à atuação social, técnica e tecnológica (SOUZA, 2012, p. 28 apud LIRA; SILVA, 2015 p.4).

O campo de conhecimento da Geografia, desde que surgiu, teve como preocupação analisar como o ser humano está inserido na sociedade e a maneira pela qual ele transforma, organiza e produz o espaço em que vive.

Isso fez que essa disciplina incorporasse conhecimentos ligados à área como as Ciências Naturais e as Ciências Humanas ou Sociais, possibilitando um novo/outro olhar para realidade a qual pertence. Compreendemos a relevância desta área de conhecimento para o processo formativo do educando da EJA.

[...] O conteúdo da geografia neste contexto, é o material necessário para que o educando construa seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor e dos interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento partindo dos conteúdos da geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo. (CALLAI, 2009, p.93):

Com a justificativa de se buscar uma reflexão sobre o ensino de geografia na EJA, através de representações sociais, tendo justamente na compreensão da possibilidade de uma ponte para uma melhor leitura do universo escolar desta modalidade Em virtude das peculiaridades das ciências sociais, percebe-se que existe um forte vínculo na análise e interpretação dos fatos, com base em representações sociais que permitirão desenvolver um novo traçado com metodologias diferenciada adequada à realidade deste ensino.

Tem-se uma reflexão sobre a importância e os laços das representações sociais no ensino, especialmente no de geografia na EJA. Entende-se que ensinar é criar condições para que os educandos desenvolvam as possibilidades básicas de domínio das diversas situações para aprender a fazer, aprender a enfrentar problemas de várias naturezas.

A valorização das representações sociais na área da educação e de ensino de geografia significa mais uma contribuição nos métodos de pesquisa desses campos de estudo e pode ser considerada ingrediente indispensável para a melhor compreensão dessa sociedade.

Apesar do papel relevante da educação escolar como promotora de aprendizagem, é fundamental que considere a atuação do educando

inserido no contexto histórico e social da atualidade. Na escola, mesmo diante de um grande empenho e por mais rica que seja a experiência escolar, percebe-se nitidamente a distância existente na teoria e prática, ante a todas as expectativas que o educando enfrentará fora dela.

Portanto a escola não pode servir apenas como transmissor de conhecimento de repasse do conteúdo. Esse discernimento deve-se atrelar à compreensão da dinâmica do mundo atual em que qualquer conteúdo sofre a defasagem em tempo muito rápido. Dessa constatação, o papel da escola vai além da tarefa de produção de conhecimento científico, mas deve-se aliar ao empenho de acompanhar e promover o crescimento pessoal partindo da propriedade de aprender e ler o mundo.

A representação social criada por professores e educando da EJA a respeito da geografia escolar é trazida do senso comum, através das quais realidades sociais são interpretadas e construídas. São as representações sociais que acontecem de forma análoga em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente. Podem ser manifestadas através dos textos, sentimentos e comportamentos. Nessa direção a autora nos relata que:

[...] Quando se fala em educar jovens e adultos, estamos falando em cidadãos que querem deixar-se educar pelo simples fato de se sentirem aptos a conviver em sociedade, se igualando aos demais sujeitos, os chamados “letrados”, pois o desejo em aprender e ter algo de concreto em suas vidas faz desses educandos pessoas que futuramente podem incomodar, já que para a maioria dos governantes, será muito mais viável que esses alunos continuem na ignorância, pois assim não saberão de seus direitos e não poderão reclamar por eles.(FERREIRA,2016,p.12)

É necessário que as representações sejam analisadas a partir da compreensão de condutas em família, na escola, nas ruas e demais lugares. [...] “a representação é produzida na coletividade, por isso, ela é social, a representação contribui exclusivamente para os processos de formação de condutas e orientação das comunicações sociais”. (MOSCOVICI 1978, p.77). Significa que além de representar objetos, abre leque que possibilita um novo repensar com um novo experimento para

aplicar à nossa maneira, em nosso contexto e nos permite explicar o mundo que nos cerca.

O educando vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. O papel do professor é o de despertar essa primeira consciência, permitindo que o educando tenha voz sobre os vários objetos de estudo e estimulando o surgimento de novas ideias, na tentativa de conhecer raízes das representações sociais que podem.

Existem diferentes propostas de ensino de geografia e uma diversidade de linhas de trabalho, nos dias de hoje. E é necessário reconhecê-los.

### **2.5.1 Geografia Tradicional, Crítica, Pragmática e Geografia Humanista**

A Geografia Tradicional, também conhecida como Geografia Clássica foi a primeira escola geográfica, tendo como base a concepção conhecida como positivista, ou seja, vinculada ao termo positivismo, fundado por Augusto Comte. Assim essa escola usa o positivismo para fazer referência ao certo frente ao incerto, ou ao real frente ao irreal.

A autora afirma que:

Os positivistas propõem explicações abrangentes do mundo, compreensão de todos os fenômenos do real, afirmação das possibilidades da razão humana e da aceitação de uma nova ordem. Proposições formuladas a partir do racionalismo, do iluminismo e do liberalismo, possuindo como suporte a exaltação à natureza, a lei do meio natural e regional e a racionalidade (BECKER, 2006, p. 49).

Por tanto essa linha de estudo adotou o método desenvolvido através da observação, da descrição e da classificação dos fatos, restringindo-se aos aspectos visíveis e mensuráveis do estudo. Dessa forma, a geografia não se preocupava com a análise das relações sociais, mas, sim, com o estudo dos aspectos visíveis e dos fenômenos mensuráveis e para os dias atuais não se vê na Geografia Tradicional contribuições relevantes dentro de sala de aula para que se perceba resultados que favoreçam o educando, pois



só se levavam em consideração as características naturais da superfície terrestre e consideraria o efeito dessas características sobre o homem.

Discutindo sobre a Geografia Crítica, (Santos 2011, p.15) afirma que [...] “a mesma surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos sob a denominação de Geografia Radical tendo suas publicações iniciais no periódico Antipode”.

Já na Europa, a corrente crítica inicialmente teve grande aceitação na França, em parte pela grande influência da escola americana sobre os geógrafos franceses, que com a revista Herodote e os trabalhos do autor Yves Lacoste, [...] “principalmente com o livro “A Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, de 1976, que faz inúmeros questionamentos à Geografia até então existente”. (SANTOS, 2011.p13.)

A geografia crítica coloca-se como “uma revolução que procura romper, de um lado, com a geografia tradicional e, de outro, com a geografia teórico-quantitativa” vindo a motivar intenso debate entre geógrafos marxistas e não marxistas. [...] “Corrente que, pautada em métodos quantitativos, encobria o compromisso ideológico de justificar a expansão capitalista sem exprimir a essência da realidade social” (CORREIA, 2001, p.23)

A Geografia Crítica, trouxe várias propostas e se consolidou com discussões e debates sobre o papel do ensino de Geografia sendo assim passou, então, a ser entendida como um campo do conhecimento comprometida com o estudo de questões sociais diferentes e indo totalmente no sentido oposto da geografia Tradicional. Vivemos num momento importante na educação, que envolve um processo de mudanças com relação ao seu papel, visto que a construção do conhecimento deve se constituir como um meio de emancipação humana. Portanto, esse conhecimento deve contribuir para reflexões críticas que possibilitam ao educando o desenvolvimento da cidadania. E assim é de grande notoriedade esse ensino crítico pois possibilita pensar o ensino da geografia propondo uma crítica a essa falsa sensação de neutralidade na geografia pragmática. Ela sugere que as relações sócias espaciais são

construídas junto com as relações de poder, então essas relações de poder precisam ser as mais justas possíveis. Sua contribuição e aplicação em sala de aula em nosso ponto de vista se faria na forma de levar ao educando essa percepção dessas relações, como isso o afeta e de que maneira ele é responsável também por ela. Gerando nesse indivíduo um senso crítico e a consciência de agente transformador do espaço.

A Geografia Pragmática, também conhecida como Geografia Quantitativa ou Nova Geografia, é uma corrente de pensamento que surgiu na década de 1950 e promoveu grandes modificações na abordagem metodológica da Geografia.

Baseada no neopositivismo lógico, essa nova corrente geográfica surgiu com a necessidade de exatidão, através de conceitos mais teóricos e apoiados em uma explicação matemático-estatística.

[...]Todo o conhecimento apoia-se na experiência (empirismo); deve existir uma linguagem comum entre todas as ciências, recusa de um dualismo científico entre as ciências naturais e as ciências sociais, maior rigor na aplicação da metodologia científica, o uso de técnicas estatísticas e matemática, a investigação científica e os seus resultados devem ser expressos de uma forma clara, o que exige o uso da linguagem matemática e da lógica. (FRANCISCO,2019, p.2)

Uma das principais características dessa nomenclatura é o empirismo onde todo o conhecimento se apoia nas experiências, a linguagem deve ser comum a todas as ciências.

Essa corrente da geografia faz crítica a geografia tradicional que era muito centrada no empirismo. A geografia pragmática preza por uma abordagem que vai desenvolver a ação próxima a ação futura. Dentro dessa geografia pragmática nasce uma geografia um pouco mais ligada a parte quantitativa, ou seja, essa geografia começa a estudar média, cálculos, pesquisa de campo, matemática, formulas estatísticas. São ideias voltadas um pouco para cálculos. Uma contribuição extraordinária para o ensino da geografia, dialogando com diversas esferas do conhecimento, onde uma delas é a área da exatas, a geografia pragmática tem sua base muito fixada nós

métodos científicos, sua contribuição e aplicação em sala de aula em nossa concepção, pode ser feito justamente para incentivar a observação, a análise por parte do educando, sua desvantagem é que ela é muito limitada, ficando muitas vezes presa justamente nessa metodologia científica e acaba estabelecendo uma certa padronização dos conceitos geográficos de uma maneira bem fixa, buscando uma certa neutralidade o que dificulta bastante uma percepção uma compreensão mais dinâmica, mais ampla do espaço e das relações espaciais da parte do educandos.

Buscando uma maior compreensão dos ideais dessa linha de pensamento, a Geografia Humanista é definida por bases teóricas nas quais [...] são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos. (ROCHA,2007, p19.)

Ao longo dos tempos, a Geografia se mostrou como um campo de conhecimento que busca constantemente a compreensão do mundo e suas contradições na base das relações sociais, na apropriação e uso do meio ambiente. [...] “várias tendências de pensamentos geográficos vêm coexistindo, se reformulando, abandonando velhas ideias e agrupando novas”. (CAMPOS,2012, p.165).

É importante observar que a evolução do pensamento geográfico, ao longo do tempo e do espaço, traz diversas contribuições, merecendo destaque o trabalho da cartografia, como forma de representação do espaço para melhor compreendê-lo. [...] “A importância da Geografia está relacionada à necessidade de se conhecer o espaço geográfico. Este pode ser entendido como o espaço produzido pelo homem e que está em constante transformação ao longo do tempo”. (WIZNIEWSRK,2018, p.13)

A geografia humanista pensado na prática da fenomenologia nos ajuda a entender a paisagem o lugar o próprio espaço, não como algo para fora de nós, mas algo que implica as próprias pessoas que vivem nesses lugares. A ideia de fenômeno dar se a entender como uma fusão, ou seja, articula

ao mesmo tempo com a paisagem e o sujeito que vivem essa paisagem. Esse pensamento humanista é muito importante por que justamente incorpora essa perspectiva de como os fenômenos afetam ou aparecem para as pessoas que estão implicados neles. É de suma importância incorporar o que as pessoas pensam sobre os seus lugares, as experiências das pessoas são levadas em consideração.

## **2.6 Paulo Reglus Neves Freire e a contribuição para pensarmos o fazer pedagógico na educação de jovens e adultos**

Não podemos falar da EJA sem se falar em Paulo Freire. Seus estudos voltados aqueles que se chamava de oprimidos, ele próprio veio de família pobre, suas técnicas atendiam os desprovidos socialmente era conhecida como “sistema Paulo Freire”. (NASCIMENTI, 2013, p.23).

Paulo Freire, precursor da EJA, defende que o conhecimento através da educação é instrumento do homem sobre o mundo. Toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, mas o ato de educar é um ato político.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife (PE), nas mais pobres áreas dessa grande nação latino-americana. Embora criado em uma família de classe média, interessou-se pela educação dos oprimidos de sua região. Formou-se em Direito e desenvolveu um “sistema” de ensino considerado o mais conhecido educador de nosso tempo.

Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais.

Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o educando. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, leva-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. O principal livro de Freire

se intitula justamente pedagogia do oprimido e os conceitos nele contidos baseiam boa parte do conjunto de sua obra. E

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se torna, de fato, opressores, mas restauradores em ambos (1987, p16)

Paulo Freire defendia a tese de que, o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar, sua própria visão. (FREIRE, 1987, p16)

A metodologia de Paulo Freire é baseada na relação mútua, na troca de experiências, nesse processo, não só o educando aprende, mas o professor também aprende com seus educandos, o homem tem necessidade de se relacionar, o que permite que o mesmo reconheça sua importância no mundo. A escola precisa ensinar o educando a “ler o mundo”.

É impossível o professor levar avante seu trabalho de alfabetização ou compreender a alfabetização, quando separa completamente a leitura da palavra, da leitura do mundo. Le a palavra e apreender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever o mundo”, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e estar em contato com o mundo. (FREIRE, 1989, p.31)

A pedagogia revolucionária de Paulo Freire, era assim definida pelo mestre:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão relevando o mundo da opressão, e vão comprometendo-se a práxis; o segundo, em que transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p.44)

Freire entendia que um professor dedicado para a educação popular tem que acreditar em mudanças, não só ensinar a ler e escrever, é preciso haver uma mudança de paradigma, [...] “e transmitir esperanças, fazer com que o educando se transforme em sujeito pensante, crítico e consciente do que lhe envolve no dia a dia, o professor tem que ter prazer, alegria e transmitir aos educandos”. (FREIRE, 2002, p.80). É preciso que o professor tenha esperança, uma vez que ele é espelho de seu educando.

Paulo Freire teve sua carreira interrompida em 31 de março de 1964, e foi vítima da repressão militar instaurada no país a partir daquele ano. Passou 72 dias na prisão, acusado de subversão. Em seguida partiu para o exílio onde trabalhou no Chile por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (INCIRA), onde escreveu *Pedagogia do oprimido* em 1968.

Em 1980 retornou do exílio ao Brasil, onde escreveu dois livros de sua obra de importante relevância: *Pedagogia da Esperança* (1992) e *À sombra dessa mangueira* (1995). Lecionou na Universidade estadual de Campinas (UNICAMP) e PUC de São Paulo, tornou-se secretário de Educação na gestão de Luiza Erundina, quando essa foi prefeita do município de São Paulo. Recebeu diversos prêmios como; Educação para a paz (das Nações Unidas, 1986) e educador do Continentes (da Organização do Estados Americanos, 1992). As principais obras de Paulo freire são: *Educação como prática libertadora* (1967); *Pedagogia do oprimido* (1970); *Conscientização* (1980); *Pedagogia da esperança* (1992); *Cartas à Cristina* (1994); *À sombra desta mangueira* (1995); *Pedagogia da autonomia* (1997); *Pedagogia da indignação* (2000), textos reunidos que Ana Maria publicou ( Gadotti, Freire, 2001), que nos dias atuais podem contribuir de forma considerável para o processo de alfabetização, por seu método ser um método que se preocupa com a realidade do ensino.

### 3 METODOLOGIA

Podemos considerar que a trajetória da EJA no Brasil se constituiu em um processo de quebras e rupturas, avanços e retrocessos, sendo principalmente marcada por políticas públicas descontínuas e ineficazes.

Nesse sentido aguçamos nossa curiosidade para ver de perto, daí a pesquisa ser classificada como exploratória. As pesquisas exploratórias “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. (ANDRADE,2001, p.124)

Sendo assim nos propusemos realizar esse trabalho de conclusão de curso no Instituto Federal do Espírito Santo, que nos objetivamos a aproximar o pesquisador do fenômeno para este familiarizar-se com as características e peculiaridades do tema a ser estudado.

Nessa perspectiva, esse estudo trata-se de uma junção de duas práticas, a pesquisa bibliográfica realizada a partir de autores que dialogam com a EJA, estudos de Paulo Freire, da CONFITEIA, Constituição Federal, teóricos da área de Geografia e da formação continuada de professores e por outro lado também nos apropriamos de momentos do estágio supervisionado na E.E.E.F.M “Antônio dos Santos Neves” no município de Boa Esperança – ES, na turma da 7º etapa da modalidade no ensino da EJA nos anos de 2017/2018 no período noturno onde esse ensino é ofertado. Tivemos a oportunidade de observar a realidade dos educandos e do educador da área da Geografia em sala de aula mais de perto, podendo registrar as anotações no diário de campo, um instrumento utilizado para o registro da pesquisa, registrando assim todas as informações possíveis.

Posteriormente nós retornamos a essas anotações e junto com a pesquisa bibliográfica fomos construindo um texto em que alinhasse um pouco da prática que foi feita de uma forma muito exploratória e inicial com a síntese e a meta reflexão da pesquisa bibliográfica. Durante as práticas de Estágios, observamos o momento do início da aula, horário de intervalo e o final da última aula, suas interações, os diálogos, as formas cotidianas de ser estar na escola e percebemos o comportamento de cada jovem, adulto e idoso que frequentava as aulas. Em alguns momentos da aula de Geografia havia a minha participação ativa junto com os educandos tendo assim um feedback da parte da turma. Effgen a esse respeito afirma [...] “a observação participante coloca o pesquisador como parte do evento observado, mas ao mesmo tempo é possível uma posição exotópica que lhe permite o encontro com o outro; o diálogo entre ambos é fundamental ao processo” (EFFGEN,2017, p.89).

No que tange a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma busca de leituras para o presente estudo de documentos com fundamentação técnica científica que permitissem identificar a prática pedagógica do professor na EJA e os seus processos de aprendizagem. Os livros, revistas, legislações e documentos de órgãos públicos pertinentes ao tema, também forneceram referências para a pesquisa exploratória bibliográfica.

Com base nas revisões bibliográfica, estágios presenciais sob a supervisão de professores que atuam diretamente nessa área, a convivência direta por um semestre coletando todo tipo de informação, ponto de vista diferentes e também o contato direto com os educandos, constatou-se um interesse por esse tema que levaram a necessidade de elaborar este trabalho.

Dessa forma a monografia consiste num estudo bibliográfico a partir das teorias de Paulo Reglus Neves Freire, análise dos documentos, tais como V, VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (VCONFINTEA), a Constituição Federal entre outros, possibilitando, assim, um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvam a prática educativa de jovens e adultos.



O desenvolvimento da pesquisa consiste nas leituras de autores que desenvolveram pesquisas que perpassam a temática em estudo, contrastando um autor com outro a fim de embasar teoricamente todo este trabalho.

A pesquisa bibliográfica analisa ainda a implementação, a regularização e as reformas legais que ocorreram ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos. Partiram da questão do saber como foi construído o processo da escolarização na EJA no Brasil e sua relação com o trabalho, para isto foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando analisar esse processo.

Para análise do processo histórico foi feito o recorte temporal do início do século XX e início do século XXI, que são momentos simbólicos das mudanças econômicas, políticas e educacional no Brasil. Dentro desse contexto a EJA começa a se expandir, como também o mundo do trabalho toma novo vórtice para a indústria antes rural, por isso a relevância de trabalhar ações entorno da EJA nesses dois séculos.

TABELA 1 – AUTORES E OBRAS DA PESQUISA

Autor	Título da Obra
CERATTI, Márcia Rodrigues Neves	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.</b>
CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS	<b>Marco de ação de Belém. Documento da VI Confitea.</b>
DIRETRIZES CURRICULARES DO MUNICÍPIO DE CARICICA – ES	<b>ES Educação de Jovens e Adultos.</b>
<b>EJA MODERNA:</b>	Educação de Jovens e Adultos: anos finais do ensino fundamental: manual do educador/ organizadora Editora Moderna: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide	<b>A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente.</b>
FERRAZ, Cláudio Benito O. Montagnoli, Rafael Lorencini. Bernardes, Antônio. O ENSINO DE GEOGRAFIA	a sala de aula e os saberes geográficos, O ensino de Geografia em EJA por meio de categorias, <b>Geosaberes.</b>
NASCIMENTO, Sandra Mara do	<b>EJA, NA VISÃO DE PAULO FREIRE.</b>
MONEGO, Ana Cláudia Silveira Del	<b>EJA E SEUS CONTEXTO ESCOLAR.</b>
NASCIMENTO, Juliane do	<b>EJA NO BRASIL: A PROBLEMÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO NO PAÍS,</b> In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE
TOMITA, Luzia M. S.	<b>ENSINO DE GEOGRAFIA NA EJA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS,</b> In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE
VERGES, João Vitor Gobis. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):	O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EJA: UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA A PARTIR DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS, CARACTERIZAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO ENSINO NA EJA NO BRASIL.
VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de; MOREIRA, Jane Alves da Silva	<b>Uma análise do ensino de geografia em materiais didáticos da Eja.</b>

## **4 RESULTADOS E OS POSSÍVEIS ANÚNCIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **4.1. Sobre as ponderações do professor no ensino de geografia na educação de jovens e adultos**

Caracterizada para atender educando trabalhadores e das classes populares a EJA necessita de um corpo docente específico para esse tipo de clientela. Ensinar jovens e adultos é uma ação peculiar, e nem sempre se dá da mesma forma como ocorre com uma criança na infância. O professor deve partir dos princípios de ação-reflexão-ação, e deve estar aliado à formação continuada.

A formação continuada permite refletir suas ações e repensar a sua prática educativa. Para a formação de docentes dessa modalidade as exigências são as mesmas dos outros níveis de ensino. Com efeito, a Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do CNE, define que a formação inicial e continuada de profissionais para a EJA terá como referência As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I. ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II. investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III. desenvolvimento de práticas educativas que correlacionam teoria e prática;
- IV. utilização de métodos e técnicas que contemplam códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (art. 17).

A qualidade de ensino está diretamente vinculada à preparação do professor, que deve estar capacitado para atuar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Muitas instituições privadas e públicas têm

demonstrado preocupação com a formação de seu corpo docente, pois os recentes estudos divulgados pela mídia através de artigos, propagandas, seminários sobre a função do educador na vida do educando apontam para a premissa de que a relação entre professor e educando é um dos fatores determinantes no processo de aquisição do conhecimento.

Educar na EJA envolve também a afetividade, o gosto e a reponsabilidade. Sendo fundamental que o professor tenha consciência da valorização do outro, é importante valorizar também o conhecimento que este educando possui, pois durante toda a vida o educando adquire um vasto conhecimento do senso comum, e valorize também as suas experiências de vida, tendo sempre o diálogo presente nas aulas, usando com os educandos uma linguagem simples e acessível. A prática da ação-reflexão-ação permite ao professor lançar estratégias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. O professor é um incentivador, um meio para alcançar a motivação dos educandos.

Saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional. Concebemos que esse é uma formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção. Para um projeto de formação numa base reflexiva, torna-se fundamental conhecer e valorizar esses conhecimentos que são constituídos pelos professores, seja através de uma reflexão teórica, seja através desses processos eminentemente assistemáticos. (LEAL, 2005, p. 114 apud NASCIMENTO,2013, p.21)

O professor da EJA tem como principal função mediar, interagir o educando com o meio, usar metodologias que favoreçam o processo de construção de ensino-aprendizagem, o educando da atualidade espera muito mais que aprender a assinar o nome, portanto exercícios de mera memorização, atividades mecânicas não permitem o êxito deste educando.

A interdisciplinaridade deve fazer parte também desse processo os temas transversais como, ética, valores e cidadania são temas que norteiam a construção do conhecimento nesta fase.

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é “depositar” conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o educando: conhece-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada. (PULICE,2004, p.140)

Aí entra a figura do professor, que terá também que atrelar a sua aula, ao modo de vida desses alunos, respeitando e dando ouvidos aos comentários de sua vida no cotidiano que eles trazem para a sala de aula.

#### **4.2 O perfil do educando da Educação de Jovens e Adultos, interrupção escolar e o papel do professor frente a essa realidade**

O educando da EJA possui necessidade educacional especial independente de ter ou não deficiência física. Uma vez que estes educandos vão para a escola após um longo dia de trabalho, sua mente já está cansada, ao contrário de uma criança que não trabalha e nem tem preocupações com a família, como os adultos. Por se tratarem de adolescentes acima de 14 anos e adultos, os educandos já têm suas experiências de vida, muitas vezes até traumas podem ter sido criados, por não terem conseguido estudar anteriormente por vários motivos, desta forma os educandos criam um bloqueio, por isto o professor deve estar seguro para tentar quebrar estes bloqueios, assim sendo a autora afirma que:

Os educandos jovens e adultos, pela sua experiência de vida, são plenos de um saber sensível, o que os diferencia dos demais. A grande maioria deles é especialmente receptiva a situações de aprendizagem, manifestando interesse com os procedimentos, com os saberes novos e

com as vivências proporcionadas pela escola.  
(FERREIRA,2016, p,2)

A desigualdade social também é um agravante que sempre afetou e continua afetando a educação; hoje a função da escola é formar cidadãos críticos-reflexivos que compreendam os seus papéis na sociedade e tenham sede de mudança.

É fundamental educando e professor compreender que erros podem ser transformados em aprendizagem, e que é possível aprender com eles. Os erros não podem ser motivos para causar evasão. A interrupção escolar no ensino da EJA, interliga-se a fatores intraescolares e extraescolares, referindo-se à desistência do discente a aulas designando o abandono.

[...] é um fenômeno educacional complexo, ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo, bem como o desenvolvimento humano, pois existe diferentes níveis de ensino sejam quais forem às denominações que eles tenham nesses diversos níveis. (MOROSINI, 2006, p.538)

Compreende-se que a interrupção escolar não está atribuída somente a motivos isolados, mas integra diversos aspectos, tais como as condições de vida do indivíduo, por meio de circunstâncias físicas, psicológicas ou sociais.

Muitos dos jovens e adultos estão no mercado de trabalho, sendo este um dos principais motivos que os fazem retomarem os estudos ou tornarem-se evadidos do ambiente de ensino.

Nota-se também que, por muitas vezes, apesar dos amparos legais, as instituições escolares não têm disponibilizado uma educação adequada que consiga efetivar a permanência do educando. O ambiente inadequado, aulas monótonas e práticas de ensino que não são apropriadas do professor, são fatores que contribuem para o desinteresse do educando.

Às vezes a falta de interesse do educando, traduzida na evasão escolar é uma maneira de mascarar sua incapacidade para se esforçar. Mas em outras ocasiões não é assim. O educando faria um esforço se percebesse que os conteúdos da aprendizagem são medianamente atrativos, úteis, conectados, com sua vida diária, atraentes o suficiente para que o esforço valha a pena. Quando, pelo contrário, descobre que aprender supõe apenas memorizar certos conteúdos distantes para recuperá-los depois em uma prova, sua atitude defensiva diante da aprendizagem vai se consolidando. Pouco a pouco, seu atraso vai se ampliando e chega um momento em que a distância com o ritmo médio da turma se torna intransponível. (CERATTI, 2008, p. 13)

A escola precisa proporcionar aos jovens e adultos um melhor acompanhamento, exercícios motivadores, aulas diferenciadas, materiais adequados, boa estrutura escolar, desenvolvendo conteúdos conectados com a vida diária do discente. A EJA necessita de uma atenção diferenciada. Observa-se a inevitabilidade de aproximação com o indivíduo por meio de uma metodologia, seria de comprometimento e mais apropriada que desperte o desejo de manter-se em sala.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo me permitiu a identificação de aspectos históricos, de políticas educacionais, políticas públicas na EJA e alguns motivos da evasão dos educandos.

Ao longo dessa pesquisa podemos aprender sobre o papel fundamental do professor, visualizando atitudes favoráveis de alguns deles na integra que nos levam a toma-los como referência ou não, pois quando se decide por um curso de formação inicial em Licenciatura é fundamental ter em mente que poderá assumir o papel docente e isso significa focar-se na pesquisa e na busca constante de conhecimentos, pois ser professor na atualidade é estar preparado para enfrentar desafios diários e ser disposto a inovar em suas práticas. A pessoas que cumprem o papel docente encarrega-se de educar outras. O papel docente, por outro lado, implica a transmissão de valores. Se tratando da Geografia esse trabalho ajuda o educando a não querer desistir de estudar pois com tantas leis, decretos, discussões e as infinitas vertentes que essa área de conhecimento trata é quase impossível não querer aprender sempre mais. A EJA tem que ser pensada a partir da reflexão da realidade da turma, onde essa realidade precisa ser levada para a sala de aula e discutida enquanto uma forma de conhecimento que se constrói socialmente.

Essa pesquisa pode contribuir na reflexão do professor para com a educação da EJA trazendo para discussão em sala de aula principalmente os direitos dos alunos, pois muitos deles não sabem nem que existem leis que aparam essa modalidade de ensino.

A Geografia, com suas categorias e bases empírico/teóricas, nos permite ampliar o debate educacional dentro da EJA, caracterizando uma pedagogia da autonomia, reveladora dos diferentes territórios existentes em uma mesma espacialidade geográfica. EJA se alavanca como uma demanda dos trabalhadores por um novo olhar sobre a sociedade, numa educação que permita a superação das amarras sociais que o capitalismo dispõe.



Ao mesmo tempo, foi e é utilizada pelo capital para perpetuar suas designações. Por esse viés, o pensar de abordagens didáticas possui importância crescente dentro dos contextos de existência deste modelo educativo, visto que pode contribuir para o debate da autonomia. Com o desenvolvimento do sistema econômico hegemônico, o capitalismo, tem-se apresentado cada vez mais no espaço geográfico brasileiro e mundial as desigualdades, sejam elas sociais, políticas ou econômicas.

Com esta pesquisa procura-se deixar claro que a EJA deve ser entendida como uma forma de inserção dos sujeitos na sociedade, o acesso a um dos direitos básicos fundamentais, o direito a educação. Capaz de mudar sua forma de vida, bem como a de seus dependentes, é também uma qualificação profissional para o mundo do trabalho, a principal forma de acesso ao conhecimento sistematizado, e meio de ter acesso a outros direitos, através de informação e do empoderamento pessoal e coletivo.

Portanto esse processo me permitiu entender que a formação de qualidade do professor, depende de políticas públicas que garantam o aperfeiçoamento e capacitação do profissional, além da busca pessoal de cada um. Também se faz necessário à sua valorização enquanto profissional, melhorias salariais, condições de trabalho adequadas e estímulos para a formação permanente. Para haver um processo educacional realmente comprometido com a qualificação desses educandos, o professor, bem como o poder público, deve estar comprometido com o atendimento dessa modalidade.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **O que é o construtivismo?** Ideias, Artigo, n. 20. São Paulo: FDE, 1994. p. 87-93. Disponível em: Acesso em: 14 de nov. 2006

BEZERRA, Vanderleia Ferreir Prof. Esp. Educação Especial e Psicomotricidade- São Luís a; BOGO, Meiriele Ferreira Marques Prof. Esp. Psicopedagogia Clínica e Institucional- FASIPE, Artigo: **Educação De Jovens E Adultos: Modelo Inclusivo E Compensatório De Ensino.**

BORGES, Carolina de Campos, MAGALHÃES Andrea Seixas M: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio Rio de Janeiro **monografia; Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família, 2009**

BRASIL, **Constituição Da República Federativa do Brasil.** -Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília 2005.

**BRASIL. LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.** Institui o Programa Nacional

BRASIL. Presidência da República-Casa Civil-Subchefia para Assuntos Jurídicos; **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivi\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivi_03/leis/l9394.htm) >, 26 abr 2018.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.< [file:///D:/md\\_marcia\\_rodrigues\\_neves\\_ceratti.pdf](file:///D:/md_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf) > Acesso em 06 de novembro 2019.

COELHO, Aline Leandra, MARTINS, Elaine Cristina da Silva, WEISS, Cláudia Sueli Formação de professores complexidade e trabalho docente XII Congresso nacional de educação – PUCPR 26 a 29 de outubro de 2015-artigo. **A Educação De Jovens E Adultos No Contexto Dos Trabalhadores Das Indústrias Do Alto Vale Do Itajaí**

COLETI, Laura Maria Baron, DO MOBREAL (Movimento Brasileiro De Alfabetização) Artigo: **Aos Programas De Eja (Educação De Jovens E Adultos) Atuais: Evolução Ou Manutenção Das Práticas Pedagógicas?** Laura Maria Baron Coleti (Unesp-Marília).

**Conferencia Internacional De Educação De Adultos.** Marco de ação de Belém. Documento da VI Confitea. Brasília: Unesco; VI Ministério da Educação, 2010, p. 07.

CONFINTEA's Breve Histórico, Disponível em: <[http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve\\_historico.pdf](http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve_historico.pdf)> acesso em : 17 de novembro de 2019.

CRUZ, Érica – Especialista em Educação Profissional de jovens e Adultos, GONÇALVES, Márcia Ribeiro. Revista Educação Pública **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas**: Publicado em 10 de abril de 2012.

De Inclusão de Jovens ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília, DF: 30 de junho de 2005.

**EFFEGEN**, Ariadna Pereira Siqueira **O Mobral e a alfabetização de Adultos: considerações Históricas A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente.** Nova Venécia – ES, p.47: 2020.

EFFGEN, A. P. S. **A escolarização de alunos com deficiência: políticas instituídas e práticas educativas.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

EISENSTEIN, Evelyn –Artigo- **adolescência: definição e critérios. Adolesc e saúde - 2005; p 6-7- Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente /UERJ, vol. 2 n°2**

**EJA MODERNA:** Educação de Jovens e Adultos: anos finais do ensino fundamental: manual do educador/ organizadora Editora Moderna: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna.

FARIAS, Alessandra Fonseca, São Paulo (UNESP). p 5. Artigo- **IDENTIFICANDO OS SUJEITOS DA EJA. ALESSANDRA FONSECA FARIAS (UNESP 2005)**

**FÁVERO, O.; FREITAS, M. de. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente.** Inter-ação. Goiânia, GO, v. 36, n. 2. p. 365-392, jul. -dez.; 2011.

FÁVERO, Osmar. Educação de Jovens e Adultos: passado de histórias, presente de promessas. In: FÁVERO, Osmar; RIVERO, José. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos**. São Paulo, SP: Moderna, UNESCO, 2009.

FERRAZ, Cláudio Benito O. Montagnoli, Rafael Lorencini. Bernardes, Antônio. O ENSINO DE GEOGRAFIA a sala de aula e os saberes geográficos, O ensino de Geografia em EJA por meio de categorias, **Geosaberes**.

**FERREIRA, Núbia Nafaiete Ferraz, ARTIGO CIENTÍFICO APRESENTADO AO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADO EM PEDAGOGIA.** Graduanda do 8 período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira . ARTIGO "**Geografia Pragmática Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/geografia-pragmatica.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e terra, 43ª ed. 2006.

**GADOTTI, Moacir. MOVA, por um Brasil alfabetizado.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos, 1). Disponível em: < [acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org) >. Acesso em: 24 de novembro de 2020

GARCIA, Renata Monteiro, SILVA, Marluce Pereira da- **EJA – DIVERSIDADE E INCLUSÃO Reflexões (im) pertinentes** Copyright, 2018 - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFPB.

**GIL, Antônio Carlos. Didática do Ensino Superior.** São Paulo: Atlas, 2011. KNOWLES. Malcolm, S.; HOLTON III. Elwood F.; SWANSON. Richard A. **Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa.** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GRIPA, Jovania Amaral. Artigo: **CUIDADO HUMANIZADO DE ENFERMAGEM À PESSOA IDOSA COM CÂNCER1 HUMANIZED**

**NURSING CARE OF THE ELDERLY PERSON WITH CANCER** Jovânia Amaral Gripa, *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde*, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 235-243, 2013

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES Pedro: **COMO TORNAR-SE ADULTO: processos de transição na modernidade avançada**. Artigo recebido em outubro/2004 Aprovado em abril/2005. RBCS Vol. 20 nº. 58 junhos/2005. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 Nº. 58

Kelly Camargo Pulice *in* Moll (2004, p.140)

LIRA, Karla Cybele Gomes; SILVA, Marta Santana da: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE NA EJA. ARTIGO**  
MENDES, Monica Campos Santos, **ANDRAGOGIA: UM NOVO OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE**, Rio de Janeiro – RJ – Abril – 2014  
Mônica Campos Santos Mendes – UniCesumar – monica.campos@outlook.com.br

MONEGO, Ana Cláudia Silveira Del **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS CONTEXTO ESCOLAR**.

MOROSINI. M. C. Educação Superior e Aprendizagem: diferentes olhares na construção conceitual e prática Educação. Porto Alegre, Ano XXIX, n. 3 (60), p. 537-549, set. /dez., 2006.

MOTA, Antônio Rosembergue Pinheiro e; NOVO, Benigno Núnêz/ artigo: **FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, FORMAÇÃO DE PROFESSOR DA EJA**.

NASCIMENTO, Juliane do **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: A PROBLEMÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO NO PAÍS**, In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE

NASCIMENTO, Juliane do. FCT/UNESP. Artigo – p. 2 **X congresso Nacional de Educação – EDUCERE, I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSSE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.

NASCIMENTO, Sandra Mara do, Universidade Tecnológica Federal Do Paraná Diretoria De Pesquisa E Pós-Graduação Especialização Em

Educação: **MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO** Sandra Mara Do Nascimento **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA, NA VISÃO DE PAULO FREIRE**, Monografia De Especialização Paranaíba-Paraná 2013

**PIRES**, Marília Freitas de Campos, Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu, em agosto de 1996. **PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS — IB / UNESP, CAMPUS DE BOTUCATU. AGOSTO, 1997**

ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia Humanista: Historia Conceitos E O Uso Da Paisagem Percebida Como Perspectiva De Estudo**. R,RAEGA, CURITIBA, n.B p 19-27,2007- Editora UFPR.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir**. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

TOMITA, Luzia M. S. **ENSINO DE GEOGRAFIA NA EJA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**, In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE

UNESCO, 1997, NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS SUELY SOUZA DE ALMEIDA: **Estante Virtual; Declaração De Hamburgo Sobre Educação De Adultos-** NEPP-DH, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de; MOREIRA, Jane Alves da Silva **Uma análise do ensino de geografia em materiais didáticos da Eja**.

XAVIER, Maria Luisa M – **Os incluídos na escola: o disciplinamento dos processos emancipatórios** /Maria Luisa M,Xavier – PORTO ALEGRE,UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL(UFRGS) 2003